

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.017 - SP (2019/0069699-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : PAULO LUIS PEREIRA
AGRAVANTE : LUCIO FLAVIO CARDOSO
AGRAVANTE : VANDERLI APARECIDA DE OLIVEIRA GRILLI
AGRAVANTE : ELAINE CRISTINA URZEDO DA SILVA
AGRAVANTE : JOAO PEDRO FIORAVANTE
AGRAVANTE : VICENTE RIBEIRO ASSUNCAO
AGRAVANTE : NELSON CRISTOVAO MESSIAS
AGRAVANTE : RUBENS BARBOSA DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOSE FLAVIO DANIEL
AGRAVANTE : CLAUDIO JOSE DA SILVA ELESBAO
AGRAVANTE : NELSON PITTA
AGRAVANTE : LUIZ ANTONIO FRANDULICE
AGRAVANTE : GERSON PADILHA
AGRAVANTE : LUIZ GUILHERME BIONDE
AGRAVANTE : JOSE VITIELLO NETO
AGRAVANTE : BENEDITO TEODORO DE SOUZA FILHO
AGRAVANTE : SILMARA APARECIDA DE SA
AGRAVANTE : MILTON DIAS
AGRAVANTE : JOSE GONCALVES CANHOTO
AGRAVANTE : FRANKLIN PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569
GIULIANA RODRIGUES DAL MAS SANT'ANNA - SP288967
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO E OUTRO(S) -
SP302130

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULO LUIS PEREIRA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de PAULO LUIS PEREIRA e OUTROS, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas do Superior Tribunal de Justiça e

o respectivo comprovante de pagamento.

Apesar de a parte recorrente asseverar que litiga sob o pálio da gratuidade, a mera alegação, na petição recursal, de que é beneficiária da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1160301/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 30/05/2018.

É insuficiente, portanto, a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer cópia integral dos respectivos autos ou certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento, o que não ocorreu no caso concreto.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou.

Não se desconhece a petição de fls. 434/437, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente